

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AMAZÔNIA

REQUERIMENTO Nº (Do Sr. Sidney Leite – PSD/AM)

Requer a realização de audiência pública para debater com o Ministério da Defesa e da Justiça e Segurança Pública, a situação da segurança na fronteira da Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com fundamento no art. 117, VIII, c/c art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário da Comissão, a realização de audiência pública para discutir as medidas que vem sendo adotadas na fronteira da Amazônia para solucionar o problema da segurança pública da região.

JUSTIFICAÇÃO

Compete registrar que a tríplice fronteira amazônica, na divisa com Colômbia e Peru, é hoje um ancoradouro importante para a entrada de drogas e armas no país, sendo que a atuação de facções criminosas na região expõe o resultado do que a ausência do Estado pode causar. Reportagens realizadas recentemente em Tabatinga (cidade amazonense que divide as suas fronteiras com Leticia – Colômbia, e Santa Rosa do Javari – Peru), demonstraram que 70% dos entorpecentes que entram pela Amazônia passam por aquele município, considerando que na Amazônia os rios são as rotas preferenciais do escoamento de cocaína e de maconha para dentro do Brasil.

Segundo a Superintendência da Polícia Federal da região, hoje os traficantes colombianos utilizam duas rotas mais ao norte de Tabatinga, por Vila Bittencourt e por Ipiranga para o transporte da cocaína. As transações envolvem a Família do Norte (FDN), terceira principal organização criminosa do Brasil, e, que conforme a Polícia Federal, se sobrepõe a qualquer presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) na cidade.

Registro, Senhor Presidente, que embora exista uma presença maciça de organismos federais em Tabatinga (das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e, ainda, da Receita Federal, destaco que essa presença, por si só, não atende às demandas mínimas necessárias de segurança para a população que a realidade local impõe.

Como foi revelado pela imprensa, a cocaína colombiana e peruana, bem com a maconha, do tipo skunk, também da Colômbia, estão alimentando os mercados do Nordeste e do Rio de Janeiro, uma vez que as rotas viárias que alimentam boa parte do mercado brasileiro e internacional ainda vem da Bolívia (cocaína) e do Paraguai (maconha), e são dominadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

Outra localidade que merece atenção especial é Corumbá (no oeste de Mato Grosso do Sul), fronteira da Amazônia com a Bolívia que está se transformando, segundo a autoridade policial local em uma nova rota de entrada ilegal de estrangeiros no Brasil. Só no ano passado, foram notificados 230 imigrantes que entraram no país de maneira irregular. Além dos estrangeiros notificados a deixarem o Brasil, outros 1.500 foram multados também no ano passado por não terem o visto obrigatório para permanecer no país.

Desta feita, para debater essa importante questão de integração, que envolve a segurança pública do país, bem como o desenvolvimento regional da Amazônia, impõe-se como necessária a presença dos titulares do Ministério da Defesa e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, visando discutir assuntos atinentes a essa triste realidade.

Finalmente, conto com o essencial apoio dos nobres pares para aprovação dessa importante audiência, por entender que se trata de assunto de interesse público relevante para o país e para a Amazônia.

Sala da Comissão, de abril de 2019.

Sidney Leite – PSD/AM
Deputado Federal